

ADAPTAÇÃO CURRICULAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Vera Lucia Martins Gramville

Secretaria Municipal de Educação, Ijuí, RS, Brasil

Resumo: Este artigo aborda a importância da adaptação curricular como ferramenta essencial para promover a inclusão educacional de alunos com diferentes necessidades e habilidades. A adaptação curricular envolve ajustes no conteúdo, métodos de ensino, recursos pedagógicos e formas de avaliação, com o objetivo de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam participar ativamente do processo de aprendizagem. O texto discute as principais estratégias de adaptação, como o uso de tecnologias assistivas, a flexibilização de tempo e a modificação das atividades de acordo com as necessidades individuais. Além disso, destaca a importância da formação continuada dos educadores e do investimento em infraestrutura escolar para que as adaptações sejam eficazes. Por fim, o artigo enfatiza que a implementação de adaptações curriculares é fundamental na perspectiva da equidade na educação.

Palavras-chave: educação, primeira palavra. inclusão, segunda palavra. currículo, terceira palavra.

Introdução

A adaptação curricular tornou-se um tema central nas discussões educacionais contemporâneas, especialmente no contexto de inclusão e equidade nas instituições escolares. Com o objetivo de garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam acessar e progredir no currículo escolar, a adaptação curricular busca modificar ou flexibilizar aspectos do ensino, como conteúdos, métodos, avaliações e estratégias pedagógicas. Esse processo é essencial para promover a aprendizagem respeitando a forma de processar e compreender informações e conceitos, incluindo aqueles com deficiências, síndromes, transtornos de aprendizagem e transtorno do espectro autista.

O professor, ao planejar deve refletir sobre sua prática pedagógica



e considerar fatores como coerência com os objetivos propostos, avaliação, objetos de conhecimento, metodologias de ensino, tempo, espaço e flexibilidade que atendam as necessidades e interesses do aluno, assegurando o desenvolvimento de aprendizagens essenciais de acordo com as competências gerais da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). O planejamento norteia a construção da prática pedagógica de maneira coesa, articulada, clara e objetiva, revela as intenções pedagógicas do professor e da instituição, tendo a criança como protagonista de sua própria aprendizagem, respeitando as possibilidades e especificidades.

A concepção de uma educação inclusiva exige que o currículo seja visto não como um conjunto fixo e rígido de conteúdos, mas como um instrumento que pode ser ajustado para atender às necessidades individuais de cada criança. A adaptação curricular envolve uma reestruturação da forma metodológica do processo de aprendizagem, com o objetivo de proporcionar uma experiência educacional significativa. Este artigo visa explorar os fundamentos, os tipos de adaptações possíveis e os desafios enfrentados pelos educadores no processo de implementação de adaptações curriculares, destacando a importância da formação docente e das políticas educacionais para a promoção de uma educação mais inclusiva.

O objetivo geral deste artigo é discorrer sobre a contribuição da adaptação curricular no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. O foco principal é analisar estratégias, práticas e abordagens que favorecem a aprendizagem, considerando suas particularidades proporcionando um processo de ensino mais acessível e significativo. Os objetivos específicos referem as diferentes abordagens de adaptação curricular, envolvendo conceitos e práticas como modificações nos conteúdos, métodos de ensino e avaliação.

O tema adaptação curricular está diretamente relacionado à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, como aqueles com deficiências físicas, cognitivas ou outras condições que bloqueiam abordagens diferenciadas no ensino. A pesquisa sobre adaptações curriculares é fundamental para garantir uma educação de qualidade e a atenção necessária para seu desenvolvimento. Ao promover um ensino mais acessível e adaptado, o trabalho contribui para uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos têm acesso ao conhecimento, inclusão e diversidade.

Este artigo tem embasamento em pesquisa bibliográfica com a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de

uma investigação científica de obras já publicadas a partir de seleção de leituras reflexivas.

A estrutura do trabalho apresenta reflexões sobre o currículo no desenvolvimento, na sequência aborda questões relevantes da educação inclusiva, aspectos legais e normativos que estabelecidos nas políticas públicas, a seguir elenca algumas estratégias de adaptação curricular no cotidiano das instituições escolares, na sequência apresenta uma reflexão em relação aos desafios e perspectivas do tema abordado, evidenciando também aspectos sobre avaliação.

Desenvolvimento

Promover um cotidiano provocador de experiências e descobertas é fundamental para orientar as ações do educador e evidenciar a intencionalidade pedagógica, bem como, refletir ações em sua prática. As instituições de ensino devem priorizar a organização de diferentes momentos do planejamento, com encontros coletivos e individuais, considerando as diversas situações que surgem no cotidiano escolar para potencializar as interações.

O currículo escolar oportuniza o processo de ensino e aprendizagem e busca articular experiências, vivências e atividades proporcionadas pela escola. Entende-se por currículo, conforme Silva:

(...) a forma pela qual a escola define as intencionalidades educacionais e busca realizá-las, tendo como objetivo formar os sujeitos que dela participam na condição de educando. O currículo se constitui desse modo, em elemento de mediação entre os sujeitos (...) (2011, p.14).

A organização curricular ocorre mediante situações significativas, planejadas e estruturadas no contexto educativo. No momento em que o educador sistematiza suas próprias ações e os processos vividos, torna concreta sua intenção, pautada nos referenciais teóricos que permitem a construção de uma proposta curricular que venha a atender as necessidades e especificidades de cada aluno envolvido no processo. Assim, organiza sua prática educativa com a finalidade de alcançar os objetivos propostos para as etapas da Educação Básica.

É fundamental oportunizar um currículo que contemple as diferentes áreas do conhecimento, garantindo um espaço de práticas educativas efetivas, proporcionando um processo de ensino e aprendizagem

de qualidade, interligado na construção de novos saberes.

Assumir um papel relacional durante o processo educativo é garantir os direitos de aprendizagem, conforme estabelece a Base Nacional Comum Curricular “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto de práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (2017, p.37).

Para o trabalho pedagógico nas instituições de ensino é imprescindível que educadores tornem-se pesquisadores e problematizadores a partir de suas observações, registros, reflexões, diálogos entre pares e saberes teóricos. E assim, tem a oportunidade de rever suas ações e assumir uma prática que está em constante aperfeiçoamento.

A afetividade, conexão e colaboratividade são características importantes na atuação docente que contribui para as relações. A questão do envolvimento da teoria com a prática, considerando a realidade da criança, torna o processo ensino e aprendizagem significativo. O educador mediador incentiva a criança para que possa desenvolver gradualmente atitudes de autonomia. Portanto, no processo de construção do conhecimento o educador é o mediador que gerencia, planeja e desenvolve as vivências, atividades e relações para alcançar os objetivos de aprendizagem.

A educação integral visa compreender a complexidade e não a linearidade, pensa a criança em todas as suas dimensões: cognitiva, estética, ética, física, social e afetiva. Conforme a BNCC se refere “a construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.” (2017, p.14).

O aluno é reconhecido como sujeito social e civil, tem suas necessidades e características físicas, afetivas e morais. Deve ser respeitado, independente da sua cultura e precisa ser acolhido num espaço com experiências cotidianas que possibilite assegurar seus direitos para conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Precisa ser escutado, por um adulto atento, disponível, aberto e sensível que auxilie nas diferentes etapas da vida.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão, em seu conceito mais amplo, refere-se ao processo de garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a direitos e oportunidades. No contexto educacional, a inclusão busca garantir que estudantes com diferentes características, como deficiências, dificuldades de aprendizagem, condições socioeconômicas ou culturais diversas, participem plenamente da vida escolar. Nesse sentido ajustes na complexidade dos temas envolvidos, com o objetivo de torná-los mais acessíveis são necessários a partir de adaptações curriculares específicas, conforme Honora e Frizanco:

Nos últimos dez anos tivemos avanços significativos no que se refere à garantia de direitos na educação inclusiva no Brasil. O debate a respeito do assunto e a criação de políticas públicas elevaram em muito a frequência de alunos (...) com deficiência em escolas comuns. O alargamento de direitos, metas e garantias de inclusão de pessoas com deficiência fez com que isso fosse possível (...) (2019, p.35).

A adaptação curricular nas instituições escolares promove a inclusão dos alunos com deficiências e transtornos em todos os níveis, etapas e modalidades de Ensino, tendo o Atendimento Educacional Especializado - AEE como parte integrante do processo de aprendizagem, serviço oferecido no turno inverso, com objetivo de desenvolver um trabalho pedagógico diferenciado com os alunos público alvo da educação especial, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE , em articulação com os demais professores do ensino regular, com participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (2013, p.303).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é ofertado no turno inverso para a criança devidamente matriculada na instituição de ensino. Sua função é identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade para a participação e desenvolvimento da criança que dele participa, considerando suas necessidades específicas. O Atendimento Educacional Especializado é regulamentado pelo Decreto nº 7.611/2011, pela Resolução nº 4/2009 do CNE e pelo artigo 28, inciso VII, da Lei nº 13.146/2015.

O professor que realiza esse atendimento está designado para esta função, com formação pedagógica para este fim. A sala disponibilizada para o AEE, é ambientada para a prática pedagógica, ou seja, deve conter materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, equipamentos e recursos necessários ao atendimento às necessidades individuais de cada criança.

Além do Atendimento Educacional Especializado o aluno com diagnóstico de deficiência, transtorno do espectro autista e transtornos de aprendizagem têm direito ao Plano Educacional Individualizado (PEI). As instituições de ensino devem elaborar o PEI para cada aluno considerando as necessidades específicas a partir de adaptações curriculares com conteúdo de caráter funcional e prático. A adaptação curricular permeia modificações no planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação. É um documento que caracteriza alternativas de trabalho pedagógico e se concretiza a partir de interesses, possibilidades, conhecimentos, necessidades e prioridades de aprendizagem do aluno.

ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS

A legislação brasileira avançou significativamente na promoção da inclusão de pessoas com deficiência e transtornos no sistema educacional. A partir da Constituição Federal de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases, a Lei Brasileira de Inclusão, a Base Nacional Comum Curricular, até as políticas públicas mais recentes, o Brasil tem adotado compromisso com a **educação inclusiva**.

A legislação na perspectiva da educação inclusiva é um conjunto de normas e políticas públicas que visam garantir os direitos e promover a igualdade de oportunidades, eliminar barreiras e garantir a participação plena e efetiva desses indivíduos na sociedade. Além disso, a legislação inclusiva busca proteger a discriminação, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas condições ou características, tenham acesso à educação, ao trabalho, à saúde e a outros direitos essenciais. Ao fomentar uma sociedade mais justa e igualitária, a legislação inclusiva contribui para o fortalecimento da cidadania e da diversidade. Honora e Frizanco destacam leis importantes:

Lei Federal nº 7.853/89 – Dispõe sobre apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenação Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE – institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas

peçoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências;

Lei Federal nº 8.069/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Lei Federal nº 8.160/91 – Dispõe sobre a caracterização do símbolo que permite a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva;

Lei Federal nº 8.625/93 – Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências;

Lei Federal nº 8.899/94 – Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual;

Lei Federal nº 8.989/95 – Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar e dá outras providências;

Lei Federal nº 9.045/95 – Autoriza o Ministério da Educação e do Desporto e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o país, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres Braille, e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos;

Decreto nº 3.298/99 – Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e define princípios;

Lei Federal nº 10.098/00 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências;

Lei Federal nº 10.216/01 – Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Lei Federal nº 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências;

Lei Federal nº 10.690/03 – Dispõe da isenção do IPI para pessoas portadoras de deficiência física, mental, severa ou profunda, ou autistas;

Lei Federal nº 10.708/03 – Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de

internações;

Lei Federal nº 11.133 de 14 de julho de 2005 – Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência a ser celebrado no dia 21 de setembro (2019, p. 32)

Além das leis citadas anteriormente, é importante destacar a Lei Federal nº 14.254/2021 dispõe sobre o acompanhamento integral de estudantes com transtornos de aprendizagem, como dislexia, TDAH, discalculia e disortografia.

As leis de inclusão são fundamentais para garantir a plena participação de todos em diversas esferas da sociedade, especialmente no campo da educação, ao garantir o direito de acesso e promover um ambiente de respeito à diversidade, oferecendo condições para exercer seus direitos na perspectiva da equidade. No contexto educacional, as leis de inclusão são essenciais para transformar o sistema escolar em um espaço acessível e adaptado às necessidades de acordo com a especificidade de cada um.

Estratégias de adaptação curricular

Uma das grandes contribuições das leis de inclusão é a **necessidade de adaptação curricular e metodológica** para atender cada aluno de acordo com suas especificidades com acesso a **recursos pedagógicos e apoio especializado**.

As estratégias de adaptação curricular são fundamentais para promover a inclusão educacional, permitindo que alunos com diferentes necessidades e habilidades possam acessar e aprender de forma eficaz o conteúdo escolar. Essas adaptações envolvem ajustes no currículo, métodos de ensino, avaliação e recursos pedagógicos, com o objetivo de atender à diversidade de estudantes. Além disso, é importante criar ambientes de aprendizagem que favoreçam a participação de todos, proporcionando alternativas para que cada aluno consiga construir seu aprendizado, seja por meio de projetos, apresentações orais, ou avaliações diferenciadas. Essas estratégias garantem que o ensino seja mais equitativo, respeitando o diagnóstico de cada estudante e contribuindo para seu desenvolvimento.

A adaptação curricular perpassa por inúmeras possibilidades para comunicação e compreensão de forma auditiva, visual e tátil. Essas abordagens são fundamentais para garantir que alunos com diferentes necessidades possam acessar o conteúdo de maneira eficaz e participar

ativamente do processo educacional. Por exemplo, alunos com deficiência auditiva podem se beneficiar do uso de materiais visuais, como vídeos legendados ou intérpretes de Libras, enquanto alunos com deficiência visual podem contar com recursos táteis, como o braille, ou tecnologias assistivas que convertem texto em áudio.

Em relação aos alunos autistas os recursos comunicativos possibilitam e favorecem a ampliação do vocabulário de acordo com a funcionalidade e a intencionalidade de práticas pedagógicas na adaptação do currículo no cotidiano escolar, conforme Giaretta

Entende-se por comunicação alternativa (CA) todas as ferramentas, estratégias e técnicas comunicativas utilizadas que favoreçam a comunicação, incentivando a interação social, diminuindo o isolamento e a exclusão e promovendo a inclusão de indivíduos com TEA nos ambientes, principalmente no ambiente escolar(2021, p. 67).

O transtorno de aprendizagem é uma condição que dificulta a aprendizagem e o processamento de informações. Entre os transtornos estão a Dislexia, Discalculia, Disortografia, Disgrafia, TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade). Pode afetar a leitura, a escrita, a atenção, a memória e o raciocínio. Dentre as principais estratégias de adaptação curricular, destaca-se a flexibilização de tempos e espaços, permitindo que o aluno tenha mais tempo para realizar tarefas e avaliações. O uso de recursos tecnológicos, como softwares de leitura e escrita são estratégias que facilitam a compreensão e organização das informações. Além disso, a simplificação das instruções, o uso de materiais visuais, gráficos e mapas mentais, e a segmentação de atividades em etapas menores ajudam a diminuir a sobrecarga cognitiva e contribuem no processo de construção da aprendizagem.

Outro ponto importante é a avaliação diferenciada, que leva em consideração as dificuldades específicas do aluno, buscando formas de mensurar seu progresso, como por meio de produções orais ou projetos práticos, em vez de testes escritos tradicionais.

Desafios e perspectivas

A educação inclusiva enfrenta uma série de desafios, mas também oferece muitas perspectivas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Um dos principais desafios é a resistência e a falta de

preparo de alguns profissionais da educação, que muitas vezes não estão capacitados para lidar com a diversidade no ambiente escolar. A formação continuada de educadores, que deve incluir estratégias e práticas inclusivas, é essencial para que ações na prática pedagógica estejam de acordo com a complexidade das necessidades específicas de cada aluno.

Outro desafio é a infraestrutura das escolas, que nem sempre é adaptada para receber alunos com deficiência, seja em termos de acessibilidade física, como rampas e banheiros adaptados, ou em termos de recursos pedagógicos, como materiais didáticos e tecnologias assistivas significativas. A falta de recursos financeiros é outro fator relevante para a implementação de políticas inclusivas.

Além disso, a sociedade, de modo geral, ainda carrega estigmas e preconceitos em relação à inclusão de pessoas, o que pode afetar a convivência e a acessibilidade no ambiente escolar. A construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e promova a solidariedade entre todos os estudantes é fundamental e constante para a mudança de paradigmas.

No entanto, as perspectivas para a educação inclusiva são promissoras. Com o avanço das políticas públicas e a crescente conscientização sobre a importância da inclusão, muitas escolas estão se fortalecendo pedagogicamente para criar ambientes mais acolhedores e acessíveis. A utilização de tecnologias educacionais também pode ser uma aliada importante, oferecendo ferramentas que facilitam o aprendizado de estudantes com diferentes necessidades. Além disso, a educação inclusiva tem o poder de promover uma sociedade em que todos os indivíduos são valorizados e tratados com equidade, independentemente de suas diferenças.

Apesar dos desafios, a educação inclusiva é um caminho essencial para a transformação social. Com investimentos em formação, infraestrutura e conscientização, é possível que as escolas se tornem espaços verdadeiramente inclusivos, onde todos os alunos, independentemente de suas características possam ser acolhidos e respeitados no processo de ampliação de habilidades na construção da aprendizagem.

Avaliação

A avaliação é contínua e formativa com a utilização de formas alternativas de comunicação e adaptação de materiais didáticos de acordo

com possibilidades específicas.

A avaliação é compreendida como um conjunto de ações que tem a função de sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente, por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pela criança e respeita seu tempo de aprendizagem. Propicia ao educador a possibilidade de saber o quanto a criança se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem em função da intervenção pedagógica realizada, segundo Luckesi (2022, p. 175) “na prática escolar, nosso objetivo é que nossos educandos aprendam e, por aprender se desenvolvam” Vale ressaltar, que quando se fala de avaliação no cotidiano escolar, o olhar não fica restrito à criança, ele é ampliado para todo o trabalho realizado na instituição, considerando que o processo de inclusão é um compromisso coletivo.

Conclusão

Nas considerações finais é importante enfatizar que a adaptação curricular é uma prática essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais ou dificuldades, tenham acesso ao aprendizado e ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades. A reorganização do currículo, por meio de ajustes nas metodologias de ensino, no tempo de execução de atividades e nas formas de avaliação, permite que cada estudante participe do processo educacional, superando desafios e promovendo a inclusão. No entanto, para que essas adaptações sejam efetivas, é necessário um compromisso conjunto de educadores, gestores, famílias e políticas públicas, com investimentos em capacitação, recursos pedagógicos adequados e uma mudança cultural que valorize a diversidade. Ao integrar essas práticas no cotidiano escolar, a adaptação curricular não só favorece o aprendizado, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos têm a oportunidade de aprender e se desenvolver de acordo com sua individualidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica/** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

SILVA, Monica Ribeiro da. **Perspectivas curriculares contemporâneas.** Curitiba: Ibpe, 2011.

HONORA, M; FRIZANCO M. L. **Esclarecendo as deficiências,** Aspectos teóricos e práticos para contribuir para uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

GIARETTA, Nadia. **Transtorno do Espectro Autista.** Curitiba: Iesde, 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem,** componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2022.